

GABARITO PRELIMINAR / SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – TJMG



ATENÇÃO: AS QUESTÕES, IDENTIFICADAS POR CONTEÚDO, FORAM EMBARALHADAS, ASSIM COMO AS OPÇÕES DE RESPOSTA. VOCÊ DEVERÁ VERIFICAR E CONFERIR AS QUESTÕES DA SUA PROVA E RELACIONÁ-LAS À RESPOSTA

CURSO DE PSICOLOGIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

João Paulo é psicólogo e atua em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) há um ano, tendo iniciado o trabalho logo após concluir a sua graduação. Entretanto, a coordenação do CRAS tem recebido alguns relatos de que ele trata as pessoas assistidas pela proteção básica de modo preconceituoso, já tendo dito várias vezes que as pessoas que chegam aos serviços são preguiçosas e que oferecer benefícios, através da proteção básica, serve apenas para continuar mantendo-as dependentes do governo. Nesse sentido, existem, inclusive, relatos de que quando ele atende pessoas com maior nível de escolaridade, tenta convencê-las de que o serviço não é para elas. João Paulo diz que com o estudo que elas possuem podem conseguir trabalho facilmente, não precisando das migalhas dadas pelo CRAS e, ainda, que nem precisam ou merecem ser comparadas aos pobres, que preferem receber quaisquer benefícios a trabalhar duro para melhorar de vida. Ainda, segundo o relato de profissionais da equipe técnica, João Paulo sempre diz que eles são “bobos” e pouco técnicos em sua atuação, porque superprotegem as pessoas que buscam os serviços, ao invés de se limitarem a cumprir suas funções. Ele afirma que, por causa dessa superproteção, eles não dão conta do próprio trabalho e, quando pedem ajuda a João Paulo, ele declara que não é problema dele. Luciana, uma psicóloga que atua no mesmo CRAS que João Paulo, perguntou se por acaso ele conhecia o Código de Ética Profissional, porque, na opinião dela, os princípios que deveriam fundamentar o seu trabalho eram ignorados e que iria acionar o CRP, uma vez que ele não cumpria com vedações e deveres estabelecidos no Código de Ética. Considerando o relato sobre a atuação de João Paulo, analise as afirmativas que indicam proibições e deveres estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e que podem ser empregados para embasar a reclamação de Luciana.

- I. Um dos argumentos possíveis é que João Paulo não cumpre com o dever de ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante.
- II. João Paulo demonstra descumprimento do Código de Ética ao adotar postura que possa induzir as pessoas a quem atende com suas convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, quando do exercício de suas funções profissionais.
- III. A postura de João Paulo em sua atuação profissional no CRAS demonstra que ele não está capacitado pessoal, teórica e tecnicamente para assumir as responsabilidades profissionais para atuar naquele serviço, o que pode ser argumento utilizado para a transgressão ao Código de Ética.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III. – **OPÇÃO CORRETA.**
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.

Questão 02

Maria Clara trabalha como psicóloga clínica e recentemente recebeu P.H., um adolescente de 16 anos, que alega sofrer *bullying* na escola, dizendo que não quer mais ir para à aula, mas que é obrigado porque seus pais não sabem o que está acontecendo. Disse que não contou nada por que tem vergonha das humilhações que sofre todo os dias. Relatou, ainda, que a escola nunca fez nada para resolver o problema, mas que uma amiga de sala disse que talvez fazer terapia fosse bom para ele. Por isso, agendou um horário e procurou Maria Clara. Considerando o Código de Ética Profissional no que se refere às normas para atendimento a crianças e adolescentes, quanto aos procedimentos que Maria Clara deverá realizar para o atendimento, analise as afirmativas a seguir.

- I. A realização de terapia se caracteriza como uma situação de atendimento não eventual, o que requer que Maria Clara obtenha autorização de ao menos um dos responsáveis de P.H..
- II. Caso não seja apresentado um responsável legal, Maria Clara deverá efetuar o atendimento e comunicá-lo às autoridades competentes.
- III. Maria Clara deve se responsabilizar pelos encaminhamentos que forem necessários para garantir a proteção integral de P.H..
- IV. Ao comunicar aos responsáveis de P.H. sobre o atendimento, deverá evidenciar todos os aspectos relatados por P.H. para que possam promover medidas que o beneficiem.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e IV, apenas.
- III e IV, apenas.
- I, II e III, apenas. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 03

Letícia, 12 anos, está apresentando mudanças significativas em seu comportamento desde que seus pais iniciaram uma fase de conflitos constantes. Na escola, a menina tornou-se mais retraída e, em casa, mostra-se ansiosa e insegura, evitando as atividades que antes apreciava. Os professores relatam queda no rendimento escolar e dificuldade em socializar com os colegas. Considerando o desenvolvimento emocional e social na infância e adolescência, assinale a alternativa correta sobre o impacto da dinâmica familiar em casos similares ao de Letícia.

- A transição para a adolescência independe do contexto familiar, sendo influenciada somente pela maturação neurobiológica da criança.
- Desde que a criança realize atividade extraclasse, como esportes e artes, a situação familiar não interfere em seu desenvolvimento social e emocional.
- **A falta de estabilidade no ambiente familiar pode intensificar inseguranças e comprometer habilidades de socialização, levando a retraimento e ansiedade. – OPÇÃO CORRETA.**
- Os conflitos familiares são intervenientes pouco significativos no desenvolvimento socioemocional da criança, pois a escola é o principal ambiente de socialização nessa faixa etária.

Questão 04

Mariana, 9 anos, tem testemunhado episódios de violência verbal e física entre seus cuidadores há, aproximadamente, dois anos. Recentemente, seus professores relataram irritabilidade frequente, distúrbios do sono e queda na concentração durante as aulas. A menina também passou a apresentar dificuldades para se relacionar com colegas e buscar atividades que antes a interessavam. Com base no impacto da violência familiar no desenvolvimento emocional e social da criança, assinale a descrição correta do impacto do referido ambiente na vida de Mariana.

- A criança que presencia violência física, embora sofra agressão indireta, não terá prejuízos no desenvolvimento emocional e cognitivo.
- A violência no ambiente familiar é indiferente às crianças, visto que são alvos indiretos da agressão, pois elas apenas observam passivamente.
- Em contextos de violência, as crianças tendem a desenvolver relações interpessoais mais saudáveis, pois se tornam mais resilientes mediante conflitos.
- **A exposição continuada à violência familiar pode prejudicar o desenvolvimento socioemocional, desencadeando comportamentos regressivos, ansiedade e dificuldades de relacionamento. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 05

Felipe, 15 anos, sempre demonstrou bom desempenho escolar e era considerado sociável e participativo. Recentemente, após ingressar em um novo grupo social na escola, começou a apresentar mudanças significativas no comportamento: passou a faltar aulas frequentemente, adotou atitudes agressivas e desafiadores, além de ter sido flagrado em situações envolvendo consumo de substâncias ilícitas. Ao ser abordado pelos pais, Felipe declarou: “preciso fazer o mesmo que eles para continuar sendo aceito, não quero ficar sozinho”. Considerando as teorias sobre desenvolvimento social do adolescente, especialmente relacionadas à influência dos pares e à formação da identidade social, assinale a afirmativa correta.

- Trata-se de um comportamento transitório e tão somente influenciado por fatores familiares, não havendo impacto significativo do grupo de pares no desenvolvimento social do adolescente.
- A situação descrita ilustra uma busca ativa por autonomia, típica do desenvolvimento social saudável na adolescência, não representando motivo de preocupação, já que comportamentos de risco fazem parte da experimentação social.
- **O caso ilustra a pressão por conformidade social típica da adolescência, fase na qual a necessidade de aceitação pelos pares pode levar à adoção de comportamentos arriscados ou antissociais, interferindo na consolidação da identidade. – OPÇÃO CORRETA.**
- O adolescente do caso descrito apresenta características relacionadas ao fenômeno conhecido como identidade difusa, proposto por Erikson, que envolve comportamento passivo e submissão às normas sociais, sem questionamentos sobre o seu papel dentro do grupo.

Questão 06

Clara, psicóloga clínica, recebeu para atendimento psicológico, em seu consultório, Gabriel, adolescente de 14 anos, encaminhado por dificuldades escolares e comportamentais. Antes de iniciar qualquer intervenção terapêutica, Clara optou por realizar uma avaliação psicológica detalhada. Após algumas sessões de entrevistas iniciais, ela selecionou instrumentos padronizados para entender melhor o funcionamento cognitivo, emocional e social de Gabriel. Com base no caso hipotético e, ainda, considerando os conceitos e os objetivos da avaliação psicológica, assinale a afirmativa correta.

- A avaliação psicológica ocorre apenas após intervenção terapêutica, sendo utilizada exclusivamente para verificar o resultado de tratamentos anteriores.
- A avaliação psicológica realizada por Clara tem como único objetivo diagnosticar doenças mentais e transtornos psiquiátricos, utilizando testes predominantemente projetivos em detrimento dos objetivos.
- **A avaliação psicológica busca descrever, compreender e analisar o funcionamento psicológico do indivíduo, utilizando métodos e instrumentos científicos que possam subsidiar intervenções adequadas. – OPÇÃO CORRETA.**
- A avaliação psicológica tem como objetivo central aplicar o maior número possível de testes psicológicos ao paciente, independentemente do contexto clínico e social, garantindo diagnósticos precisos.

Questão 07

Leia atentamente o caso hipotético a seguir.

Joana é uma psicóloga clínica que recebeu em seu consultório um adolescente de 16 anos encaminhado pela escola por apresentar dificuldades de concentração, queda no rendimento escolar e isolamento social. Para compreender adequadamente o quadro apresentado, Joana decidiu realizar uma avaliação psicológica abrangente, utilizando entrevistas estruturadas, aplicação de testes psicológicos padronizados e observação clínica.

Considerando o conceito e o objetivo da avaliação psicológica em conformidade com o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- O procedimento adotado por Joana está incorreto, pois a avaliação psicológica se restringe exclusivamente ao uso de entrevistas clínicas não estruturadas.
- A aplicação dos testes psicológicos por Joana é inadequada, pois a avaliação psicológica deve utilizar apenas técnicas qualitativas como entrevistas e observações informais.
- O objetivo principal da avaliação psicológica realizada por Joana é confirmar previamente a hipótese diagnóstica indicada pela escola, sem necessidade de integrar diferentes métodos avaliativos.
- **Ao utilizar métodos variados Joana agiu corretamente para obter informações que permitam compreender a dinâmica psicológica do adolescente, auxiliando no diagnóstico e planejamento da intervenção adequada. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 08

João procurou um psicólogo para realizar uma avaliação pericial solicitada pelo Poder Judiciário, em que se investigam possíveis danos psicológicos decorrentes de assédio moral no ambiente de trabalho. Durante a entrevista psicológica, o profissional se deparou com informações sensíveis sobre a dinâmica familiar de João, bem como dados clínicos prévios. Ao elaborar o documento psicológico final (laudo ou relatório), o psicólogo ficou em dúvida sobre quais informações deveria incluir de forma detalhada ou sumária, considerando a normativa do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para redação de documentos e a necessidade de preservar os direitos do cliente. Considerando o caso hipotético e, ainda, de acordo com Resolução do CFP, que regula a elaboração e redação de documentos, o psicólogo:

- Pode omitir qualquer informação que considere desfavorável ao cliente, a fim de proteger sua privacidade, independentemente de seu valor probatório.
- Pode registrar e expor todas as informações obtidas na entrevista, inclusive detalhes íntimos, pois, cabe ao Judiciário filtrar o que é relevante ou não para o processo.
- Deve restringir o documento estritamente ao relato literal das falas do entrevistado, sem qualquer análise ou interpretação, para que não haja riscos de violação das informações sigilosas.
- Deve registrar informações objetivas e indispensáveis ao objetivo da avaliação, com a devida contextualização, protegendo os dados sensíveis que não sejam fundamentais ao caso, em consonância com o sigilo profissional. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 09

Carlos, 35 anos, apresenta um quadro caracterizado por episódios recorrentes de humor depressivo, intercalados com períodos de normalidade, sem evidências de sintomas psicóticos ou marcantes alterações comportamentais. Durante a avaliação clínica, o psicólogo utiliza uma abordagem teórica que remete a um dos marcos históricos da psicopatologia – a sistematização dos transtornos mentais com base na observação dos sintomas e na evolução temporal dos quadros clínicos. De acordo com essa perspectiva histórica, assinale a alternativa que representa corretamente a abordagem teórica empregada na avaliação de Carlos.

- Abordagem fenomenológica de Jaspers: privilegia a compreensão subjetiva das experiências vividas pelo paciente.
- Abordagem psicanalítica de Freud: enfatiza a dinâmica dos conflitos inconscientes e a influência das experiências infantis.
- Abordagem comportamental de Skinner: foca na observação e modificação dos comportamentos através de técnicas de condicionamento.
- Abordagem categorial de Kraepelin: classifica os transtornos mentais por meio da identificação de síndromes específicas e da análise do curso evolutivo dos sintomas. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 10

Durante uma avaliação clínica, o psicólogo observa que um paciente com quadro depressivo apresenta, além de sintomas como alterações no sono e no apetite, dificuldades significativas nas relações interpessoais e estressores socioambientais. Ao utilizar a abordagem teórica biopsicossocial na compreensão e intervenção do caso, o profissional busca integrar de forma interdependente os fatores biológicos, psicológicos e sociais que contribuem para o quadro clínico. Considerando os pressupostos dessa abordagem, é correto afirmar que o profissional:

- Enfatiza os conflitos inconscientes e as experiências infantis, desconsiderando as influências sociais e ambientais.
- Concentra sua atenção apenas nas condições socioambientais, atribuindo os transtornos mentais unicamente aos estressores externos.
- Integra os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, reconhecendo a interação desses fatores na gênese e manutenção dos sintomas. – OPÇÃO CORRETA.
- Foca unicamente nos aspectos biológicos, considerando que alterações neuroquímicas são as únicas responsáveis pelos transtornos mentais.

Questão 11

Durante atendimento psicológico em um hospital geral, um paciente do sexo masculino, 38 anos, é encaminhado para avaliação devido a comportamento estranho observado pela equipe de enfermagem. Relatam que o paciente demonstra grande dificuldade em manter o foco em qualquer atividade, mesmo as mais simples, como responder perguntas básicas ou acompanhar o conteúdo de uma televisão ligada à sua frente. Em outro momento, o paciente aparenta estar fixado em um único estímulo do ambiente, demonstrando uma atenção excessivamente estreitada, como se todo o resto deixasse de existir. A avaliação clínica sugere ausência de *deficits* neurológicos estruturais evidentes, e o exame toxicológico não revelou uso recente de substâncias psicoativas. Considerando o caso hipotético e as alterações da atenção, assinale a alternativa correta quanto aos fenômenos atencionais apresentados pelo paciente.

- O paciente apresenta hipermetamorfose e distraibilidade, típicas de quadros de manias e estados confusos agudos, respectivamente.
- Os sintomas são compatíveis com hipoprosexia e hiperprosexia, indicando flutuação acentuada entre os polos quantitativos da atenção. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Trata-se de distração e vigilância aumentada, características qualitativas da atenção presentes em transtornos de ansiedade generalizada.
- Trata-se de hipoprosexia e perseveração, fenômenos que refletem prejuízos secundários a quadros neurodegenerativos frontotemporais.

O caso hipotético contextualiza as questões de 12 a 14. Leia-o atentamente.

Gertrudes é psicóloga clínica e atua como perita em casos judiciais da Vara da Família, especialmente os que envolvem crianças e adolescentes. Recentemente recebeu uma solicitação de avaliação de um caso envolvendo L., criança de sexo feminino, 9 anos, filha de Joana e Carlos. O casal está separado há quatro anos e, na ocasião, foi estabelecida a guarda compartilhada; entretanto, Joana ingressou com uma ação judicial solicitando a mudança da guarda para unilateral. Segundo Joana, após dois anos de funcionamento da guarda compartilhada, Carlos se casou novamente e, logo em seguida, teve uma outra filha com a segunda esposa. Após o casamento, Carlos alterou a frequência com que L. permanecia em sua casa, limitando muitas vezes apenas a finais de semana a cada 15 ou 20 dias. Assim, L. passou a reclamar com Joana que sentia falta de estar mais perto do pai e da irmã que havia acabado de nascer. Joana por várias vezes tentou dialogar com Carlos, explicando que L. precisava manter a rotina que tinha antes, afinal, ela tinha o seu quarto na casa do pai, estabeleceu vínculos afetivos com outras crianças que moravam perto da casa de Carlos e se ressentia por não poder estar presente como antes. Carlos acabou retornando com a rotina anterior de L., na qual ela passava uma semana com a mãe e a outra com o pai. Ainda assim, Joana diz que se preocupava com a possibilidade de que Carlos passasse a tratar L. de forma diferente por causa da filha recém-nascida. Entretanto, Joana começou a perceber mudanças no comportamento de L., que pedia para ficar mais dias na casa do pai e muitas vezes era agressiva, fazendo constantes comparações com a atual esposa de Carlos. Em uma ocasião, L. disse que preferia que Joana não fosse sua mãe, que ela era louca, porque ela vivia brigando com o pai. Joana tentou conversar mais uma vez com Carlos, mas ele disse que não havia o que conversar; e, ainda, se L. quisesse ficar permanentemente com ele, entraria na justiça para a revisão da guarda. Foi nesse momento que Joana então ingressou com a ação judicial, alegando, entre outros fatores para revisão da guarda, alienação parental promovida por Carlos.

Questão 12

Com base na solicitação feita pelo juiz de uma perícia psicológica face à possibilidade de alienação parental, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Gertrudes deverá produzir um laudo pericial a partir de uma ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso que se apresenta.
- () Uma etapa necessária à avaliação psicológica é a realização da entrevista pessoal com as partes.
- () Também deve ser avaliado o histórico do relacionamento do casal e da separação.
- () Gertrudes deverá realizar a avaliação de personalidade apenas para L..
- () Gertrudes deverá avaliar como L. se manifesta sobre uma eventual acusação contra Carlos.

A sequência está correta em

- V, F, F, V, F.
- V, V, V, F, V. – **OPÇÃO CORRETA.**
- F, V, F, V, V.
- F, F, V, F, V.

Questão 13

Com base na solicitação de alteração da guarda compartilhada para a guarda unilateral, apresentada no caso hipotético, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em caso de guarda unilateral em favor de Joana ou mesmo de Carlos, aquele que não detenha a guarda se torna obrigado a supervisionar os interesses de L., e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em situações que venham afetar a saúde física e psicológica e a educação dela.
- II. Caso Joana e Carlos estejam aptos a exercer o poder familiar, mas não houver acordo entre eles, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar não desejar a guarda ou se houver evidências de possível violência doméstica ou familiar.
- III. A guarda unilateral será concedida, caso um dos genitores declare em juízo que não deseja a guarda ou em caso de elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.
- IV. Caso o juiz verifique que L. não deve ficar sob a guarda nem de Joana ou de Carlos, a guarda será deferida a outra pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, podendo ser, preferencialmente, alguém com grau de parentesco e relações de afinidade e afetividade.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I, apenas.
- I, II e III, apenas.
- II, III e IV, apenas.

Questão 14

Considerando a guarda compartilhada, ainda vigente no caso hipotético relatado, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- **No caso de guarda compartilhada, será considerado o atendimento da necessidade de ambos os pais. – OPÇÃO CORRETA.**
- O não cumprimento de cláusulas pactuadas na guarda compartilhada ensejará a aplicação de sanções.
- O tempo de convívio com o pai e a mãe, dividido de modo equilibrado, deverá sempre levar em consideração as condições táticas e o interesse dos filhos.
- Para o estabelecimento das atribuições do pai e da mãe, bem com os períodos de convivência de cada um, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, ter como base orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar.

Questão 15

Maria Eduarda é graduada em psicologia e iniciou trabalho clínico em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Durante os seus atendimentos recebeu Ana (genitora) juntamente com sua filha de 5 anos, com queixa de maus-tratos pelo padrasto nos últimos dias. A genitora relatou que a filha chora muito e que o seu companheiro não tem muita paciência com crianças. Ana trabalha o dia todo e sua filha fica na escola em tempo integral; porém, durante as férias precisou deixar a filha em casa com o companheiro que é diarista, por isso tem um horário flexível. Diante da demanda apresentada, a psicóloga iniciou os atendimentos clínicos com a criança. Através de momentos lúdicos, a profissional vem buscando entender o que está acontecendo nesse contexto familiar. Buscou, também, dialogar com outros órgãos para entender melhor a hipótese apresentada pela genitora. Para intervir no caso descrito, a psicóloga realizou a leitura de diversas legislações, dentre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal normativa dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com o ECA, os serviços de saúde, em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social, em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, deverão:

- Comunicar ao Ministério Público com urgência e, ainda, atender os membros familiares, prioritariamente, sobre casos de crianças ou adolescente que sofreram qualquer tipo de negligência na primeira infância.
- Comunicar obrigatoriamente ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de castigo ou violência, abuso, tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- **Conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. – OPÇÃO CORRETA.**
- Receber a informação ou comunicação de castigo ou violência, abuso, tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos à criança ou adolescente e avaliar para detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário.

Questão 16

Paulo, psicólogo clínico, trabalha em um órgão público atendendo crianças e adolescentes vítimas de negligência familiar. Seu trabalho é respaldado por vários órgãos; entre eles destaca-se o Decreto nº 10.701/2021, que instituiu o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Portanto, cabe a Paulo uma atuação com responsabilidade e dignidade, seguindo criteriosamente os objetivos desse programa. Sobre os objetivos específicos do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, analise as afirmativas a seguir.

- I. Contribuir para o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
- II. Promover a integração e a eficiência no funcionamento dos serviços de denúncia e notificação de violações dos direitos da criança e do adolescente.
- III. Estimular a integração das políticas que garantam a proteção integral e o direito à convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente.
- IV. Incentivar a atuação de organizações da sociedade civil no desenvolvimento de programas, projetos, ações e serviços na área do enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV. – **OPÇÃO CORRETA.**
- I, apenas.
- II e III, apenas.
- II e IV, apenas.

Questão 17

A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), em especial o art. 4º dessa lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, considerando como formas de violência, a psicológica, a física, a sexual e a institucional.

(BRASIL. Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 2021.)

Maria tem 7 anos; atualmente, reside com sua genitora e avó. Nos últimos meses, Maria não tem encontrado a seu genitor por motivos de irregularidades em relação à pensão alimentícia. João, pai de Maria, tem tentado explicar a para mãe que ficou desempregado e que está aguardando o acerto dos direitos trabalhistas para pagar a pensão e, ainda, que sente muito a falta da filha e que tal fato não poderia ser o motivo de punição de não poder encontrá-la. Em falas com a avó, Maria ouviu a mãe dizer que a pensão está atrasada e que o motivo é a nova namorada que o seu pai arrumou; que viu em redes sociais ele saindo para vários locais com a amada. A genitora de Maria afirmou que, mesmo ele acertando a pensão, não irá permitir o contato da filha com o pai, pois não sabe que tipo de pessoa ele está se envolvendo e que não quer a filha convivendo com pessoas que ela não confia. João conseguiu realizar o pagamento da pensão; porém, Maria ainda não está se encontrando com o pai. Ela não quis ir à casa do pai, dizendo que está insegura e com medo de sair de perto de sua mãe. De acordo com as informações, bem como o caso hipotético, analise as afirmativas a seguir.

- I. Qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isso a torna testemunha.
- II. O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com esse.
- III. Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) que possa comprometer o seu desenvolvimento psíquico ou emocional.

Assinale a alternativa correta.

- **As afirmativas I, II e III abordam a violência psicológica. – OPÇÃO CORRETA.**
- Apenas a afirmativa I trata sobre a violência psicológica.
- As afirmativas II e III versam sobre a violência institucional.
- Apenas a afirmativa III denota sobre a violência institucional.

Questão 18

Luísa é psicóloga e atua em uma equipe multiprofissional na estratégia de consultório de rua, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Periodicamente, ela precisa, juntamente com os demais membros da equipe, elaborar relatórios. Considerando as demandas para elaboração de relatórios, bem como as normas estabelecidas pela Resolução CFP nº 6/2019 para a produção de relatório multiprofissional, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O relatório multiprofissional é resultante da atuação de Luísa na equipe do consultório de rua; podendo ser produzido em conjunto com os demais profissionais da equipe, preservando a autonomia e a ética profissional de cada envolvido.
- () Tal como o relatório psicológico, o relatório multiprofissional não corresponde à descrição literal das sessões de atendimento ou acolhimento que Luísa realizou, salvo quando tal descrição se justifique tecnicamente.
- () A análise deve ser produzida em conjunto pelos profissionais que compõem a equipe.
- () A conclusão do relatório multiprofissional pode ser realizada em conjunto, principalmente nos casos em que se trate de um processo de trabalho.

A sequência está correta em

- V, F, F, F.
- F, F, V, F.
- **V, V, F, V. – OPÇÃO CORRETA.**
- F, V, V, V.

Questão 19

A Resolução CFP nº 6/2019 institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo no seu exercício profissional. Também estabelece os tipos de documentos que podem ser produzidos e as suas características. Com base nessa normativa, relacione adequadamente as modalidades de documentos psicológicos com suas respectivas características.

1. Declaração.
 2. Atestado psicológico.
 3. Relatório psicológico.
 4. Parecer psicológico.
- () Certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, afirmando as condições psicológicas de quem o solicita.
 - () Registra, de forma objetiva e sucinta, informações sobre a prestação do serviço realizado ou em realização, sendo vedado o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos.
 - () Documento que comunica a atuação profissional do psicólogo em diferentes processos de trabalho desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.
 - () Resultado de um processo de avaliação psicológica, com a finalidade de subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda, dirimindo dúvidas de uma questão-problema ou documento psicológico.

A sequência está correta em

- 1, 4, 2, 3.
- 2, 3, 4, 1.
- **2, 1, 3, 4. – OPÇÃO CORRETA.**
- 3, 1, 4, 2.

Questão 20

Carlos Henrique atua como perito judicial, produzindo muitos documentos psicológicos e, portanto, precisa observar aspectos gerais quanto à guarda, envio, validade, entre outros. Considerando a Resolução CFP nº 6/2019, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os documentos escritos em decorrência da prestação de serviços psicológicos, assim como os materiais que fundamentaram sua elaboração, tanto físico quanto digitais, devem ser guardados pelo prazo mínimo de cinco anos.
- II. Os documentos devem conter a indicação do prazo de validade do conteúdo, que é de cinco anos.
- III. Os documentos entregues devem conter a assinatura do solicitante comprovando o recebimento do documento, bem como se responsabilizando pelo uso e sigilo das informações nele contidas.
- IV. É dever de Carlos Henrique realizar ao menos uma entrevista devolutiva à pessoa, grupo ou instituição atendida, ou responsáveis legais para a entrega de relatório e laudo psicológico.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e III.
- II e III.
- II e IV.
- **I, III e IV. – OPÇÃO CORRETA.**

LÍNGUA PORTUGUESA

É preciso valorizar o velho para aprender a apreciar a novidade

Um caso recente chama a atenção para a realidade avassaladora de que pessoas idosas no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária, acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto.

Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior. Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.

A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.

É fato que, em diversas oportunidades, a violência se manifesta como uma reação do cuidador às situações de exaustão ou mesmo despreparo para lidar com o contexto de cuidados necessários. Também não é incomum que os abusos decorram de desconhecimento sobre direitos e/ou deveres envolvidos na relação de convivência.

Em todos os casos, é preciso observar o impacto do etarismo ou idadismo nos relacionamentos entre gerações.

Etarismo ou idadismo é a discriminação baseada na idade ou no envelhecimento e, como diversas outras formas de preconceito, encontra-se enraizada em nossa sociedade. Não é difícil perceber que, em uma sociedade estruturada na necessidade extrema de consumo, de novidade atrás de novidade, na qual um objeto que não seja novo, recém-adquirido já não atrai mais, tal dinâmica não passe a ditar também as relações humanas.

Não é incomum e nem causa espanto que, no lugar de buscarmos a experiência, a vivência daqueles que nos antecederam como algo precioso, como privilégio, vejamos a pessoa idosa e tudo o que ela tem a dizer como superado ou superável e, em certo ponto, até mesmo descartável. E essa descartabilidade se irradia por todas as relações, inclusive para normalizar a violência, especialmente as mais silenciosas, que não deixam marcas aparentes, e a discriminação.

Esse caminho, além de perverso, é perigoso e certamente atingirá a cada um de nós em algum momento. Não nos esqueçamos: estamos envelhecendo a cada segundo. Com esse objetivo, de chamar a atenção para a existência de violações dos direitos da pessoa idosa e divulgar formas de denunciá-las e combatê-las, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 15 de junho como o Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa.

É necessário o combate aos abusos e à violência nas suas manifestações mais primárias para que aquelas mais graves não cheguem a acontecer ou, quando acontecerem, sejam devidamente reprimidas.

É necessário que a sociedade esteja atenta e alerta, também priorize a qualidade de vida, juntamente o bem-estar de todas as pessoas, especialmente daquelas que não só contribuíram para que tenhamos avançado até aqui e ainda contribuem na medida em que podem nos ensinar com seus acertos e principalmente por seus erros.

É necessário virar a chave social para perceber que a novidade é maravilhosa e atrai de forma apaixonante, mas só a experiência, a sabedoria e a maturidade podem nos trazer o equilíbrio para apreciarmos de verdade o que é novo.

O Ministério Público, enquanto órgão incumbido também da defesa dos valores mais importantes ao corpo social, trabalha diariamente na promoção de direitos da pessoa idosa e na efetivação das políticas públicas de proteção. Se você tomar conhecimento ou presenciar situação de violência ou abuso contra pessoa idosa, denuncie!

(Vania Samira Doro Pereira Pinto, Promotora de Justiça, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência. Estado de Minas. Em: 15/06/2024.)

Questão 21

O emprego de algumas expressões e termos linguísticos permite reconhecer a construção de um enunciador de acordo com a intencionalidade do enunciado proposto, assim, pode-se afirmar que no 3º e 4º§ do texto:

- A utilização de uma linguagem formal permite ao enunciador demonstrar objetividade, clareza e autoridade no assunto exposto.
- Termos como “buscamos”, “vejamos”, “nos” e “nós” demonstram inclusão, indicando proximidade do enunciador para com o interlocutor. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A expressão “a vivência daqueles”, em que há referência à terceira pessoa do discurso, denota possibilidades interpretativas de um enunciador que, alheio aos fatos, afasta-se deles, para concluir e expressar o seu posicionamento.
- Não é possível identificar o enunciador de forma precisa a partir das expressões “buscamos” e “vejamos”, escolha linguística que denota apagamento de qualquer tipo de subjetividade com a qual o texto possa estar comprometido.

Questão 22

Pode-se afirmar que o 1º§ do texto constitui-se a partir de:

- Ponto de vista seguido de argumento. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Analogia associada a um estudo de caso.
- Ponto de vista seguido de citação de autoridade.
- Fato noticiado de grande repercussão seguido de posicionamento crítico.

Questão 23

Considerando o emprego de oração subordinada subjetiva para constituição do título atribuído ao texto, indique a alternativa que corresponde a tal estrutura e mantém o sentido produzido por ela.

- A valorização do velho é necessária para a apreciação do novo.
- Ainda que haja valorização do velho, o novo também deve ser apreciado.
- **É preciso que valorizemos o velho para aprendermos a apreciar a novidade. – OPÇÃO CORRETA.**
- É preciso que o velho seja valorizado, mas também a novidade deve ser apreciada.

Questão 24

A escolha lexical contribui para que a produção de efeitos de sentido tenha um direcionamento com um propósito comunicativo de acordo com a intenção do enunciador.

“Um caso (I) recente chama a atenção para a realidade avassaladora (II) de que pessoas idosas (III) no Brasil estão cada dia mais vulneráveis a situações de abusos e violência: um senhor, numa cadeira de rodas, em uma agência bancária (IV), acompanhado da sobrinha para realizar um empréstimo. A cena passaria despercebida se não fosse um único detalhe: o senhor estava morto (V).” (1º§)

Assim, considerando as expressões destacadas a seguir, indica contribuição para a explicitação de posicionamento específico o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I, apenas.
- **II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.

Questão 25

Em “*para aprender a apreciar a novidade*” (título), pode-se afirmar que:

- A função dos termos destacados é equivalente, assim como a impossibilidade de sua omissão.
- No contexto apresentado, o verbo “aprender” exige o uso da preposição; portanto, faz-se obrigatório o emprego do acento indicador de crase.
- **Os termos destacados indicam categorias gramaticais distintas, apesar de serem equivalentes quanto à grafia, desempenhando funções diferentes na oração. – OPÇÃO CORRETA.**
- A omissão dos termos destacados implicaria em redução da oração e consequente síntese da ideia apresentada preservando a correção, gramatical e semântica, original.

Questão 26

Dentre os trechos destacados a seguir, aquele que denota tomada de posição do enunciador de forma explícita, com a qual a argumentação construída contribui, está indicado em:

- “Foram cerca de 35 mil notícias registradas no país. Este ano, segundo o mesmo órgão de registro, já são mais de 42 mil apenas nos três primeiros meses de 2024.” (3º§)
- **“Sem querer adentrar nas nuances específicas do caso em si e se de fato houve ou não alguma ilegalidade praticada por parte da sobrinha, o caso é, no mínimo, emblemático.” (2º§) – OPÇÃO CORRETA.**
- “A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, [...]” (4º§)
- “Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o “Disque 100”, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.” (3º§)

Questão 27

Em “*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§), observa-se o uso das vírgulas em que:

- Há propósitos distintos como, por exemplo, a separação de uma aposição. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A extensão do período é o principal fator para justificar o emprego do sinal de pontuação.
- Separando o trecho: “*mas se manifesta de muitas maneiras*”, a principal função é indicar a importância dessa informação.
- O deslocamento de “*não está restrita à agressão física*” para a posição logo após “*A violência*” manteria as vírgulas conforme o trecho original.

Questão 28

Assinale a frase em que o verbo “*haver*” tem valor semântico (desconsidere o tempo e modo verbal) diferente do produzido em “*Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que opera o ‘Disque 100’, no primeiro semestre de 2023, houve aumento de 38% nas manifestações que reportavam a prática de violência contra pessoa idosa em comparação com ano anterior.*” (3º§)

- Haveria possibilidade de que a viagem agendada seja remarcada?
- No passado, houve muitas e muitas tentativas para modificar esta situação.
- **Disse que havia pensado em várias possibilidades para solucionar o problema. – OPÇÃO CORRETA.**
- É possível que haja sérias complicações decorrentes das escolhas feitas pelo grupo.

Questão 29

Dentre as expressões destacadas a seguir e respectivas propostas de substituição para uma possível reescrita, há adequação indicada em:

- “*no lugar de*” (8º§) / já que em vez de
- “*além de perverso*” (9º§) / posto que perverso
- **“*o impacto*” (6º§) / consequências significativas – OPÇÃO CORRETA.**
- “*essa descartabilidade*” (8º§) / a essa rejeição que

Questão 30

“*A violência, na imensa maioria dos casos praticada por familiar próximo, normalmente aquele responsável pelos cuidados ou familiar que coabita com a vítima, não está restrita à agressão física, forma mais perceptível e conhecida, mas se manifesta de muitas maneiras, como a violência psicológica, a negligência, o abuso financeiro e patrimonial, a sexual e a discriminação.*” (4º§) A omissão dos acentos dos vocábulos acentuados no período destacado anteriormente implicaria em:

- Comprometimento do alcance do objetivo comunicativo.
- Alteração da categoria gramatical para alguns vocábulos.
- Possibilidades de novas leituras e produção de sentido do período.
- Adequação à variedade informal da língua em outro contexto comunicativo.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- I e III, apenas.
- **I, II e IV, apenas. – OPÇÃO CORRETA.**
- II, III e IV, apenas.